

Parlamentares acham as sugestões para nova Carta muito detalhista

O GLOBO

16 MAI 1987

Telefoto de Juan Carlos Gomez

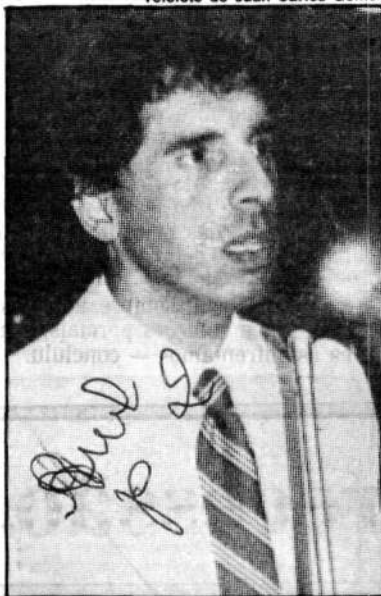
BRASÍLIA — Detalhista, utópico e progressista. Esses adjetivos, que acompanharam a leitura da proposta de Constituição formulada em 1986 pela Comissão Provisória de Estados Constitucionais, são repetidos agora em razoável escala na Assembléia Nacional Constituinte. E marcam a entrega, às oito Comissões Temáticas, dos relatórios e ante-projetos produzidos pelos Relatores das 24 Subcomissões constitucionais.

A extensão do conjunto de artigos, parágrafos, itens e incisos propostos pelos Relatores é notória, mas não parece exagerada se for levado em conta que o funcionamento das Subcomissões representa a primeira etapa do processo de elaboração constitucional.

Os vinte e tres ante-projetos distribuídos aos constituintes até ontem — não está pronto o da Subcomissão de Educação — são compostos por 637 artigos. A Constituição em vigor tem 217 artigos e a proposta da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais possui 468 artigos.

Os Relatores das Subcomissões apontam, nos próprios documentos que elaboraram, o fator que mais pesou para determinar larga abrangência nos ante-projetos: eles se revelaram sensíveis às reivindicações da sociedade e dos outros parlamentares.

Na Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, por exemplo, o Deputado Darci Pozza (PDS-RS) afir-



Proposta de Fogaça tem 70 artigos

ma que seu ante-projeto é o resultado do aproveitamento de idéias incluídas em 605 emendas. Pozza economizou artigos — sua proposta tem apenas um. Em compensação, reuniu sob esse único artigo nada menos do que 35 parágrafos e 33 itens. Quem não economizou artigos foi o Senador José Fogaça (PMDB-RS), autor do primeiro e até aqui mais polêmico ante-projeto elaborado na Assembléia. Relator da Subcomissão do Poder Executivo, Fogaça

usa 70 artigos para propor novo regime de Governo e fixar em quatro anos o mandato presidencial.

Muito mais do que a extensão das propostas, no entanto, o que começa a ser debatido com intensidade é o conteúdo, e já se estabelece na Constituinte pelo menos um conceito consensual: salvo exceções raras, é "progressista" o conteúdo dos ante-projetos.

Essa tendência, prevista a partir da composição do quadro de Relatores do PMDB sob a liderança do Senador Mário Covas, especialmente, anuncia para as próximas duas semanas uma sucessão de votações difíceis e de debate intenso. É nesse período que se trava a primeira batalha decisória da Constituinte e, em consequência, é aí que se estabelece, com intensidade, o choque de interesses de todos os segmentos que compõem a Assembléia e a sociedade.

Nesta semana esse confronto se esboçou. Na maioria das Subcomissões, o debate não foi iniciado formalmente. Mas nos gabinetes e outros pontos do Congresso — e mesmo fora dele — as articulações de grupos com interesses comuns começaram a ganhar dimensão ampla. Objetivos principais: o papel dos militares, o regime de Governo, o mandato do atual Presidente da República e, especialmente, as normas que comporão a Ordem Econômica e a Ordem Social a partir da nova Carta.

Prodasen espera receber 10 mil propostas até fim da Assembléia

BRASÍLIA — Dos 559 Constituintes, menos de 40 parlamentares não tiveram qualquer proposta às Subcomissões da Constituinte incluída na lista elaborada pelo Prodase, serviço do Senado que está armazenando e classificando as propostas apresentadas. O último levantamento realizado apresenta um grande número de sugestões: 4.611. A estimativa é que esse total supere a casa das 10.000 proposições.

O maior número de propostas é do Senador José Ignácio Ferreira (PMDB-RS). Ele apresentou 298 sugestões, de acordo com o levantamento parcial. No entanto, a assessoria da Constituinte informou que ele é autor de aproximadamente 1.400 proposições.

Logo em seguida vem o Senador Jamil Haddad (PSB-RJ), com a apresentação de 93 sugestões. Inocêncio Oliveira (PFL-PE) é o terceiro colocado, com 76 propostas, e o Deputado Nilson Gibson (PMDB-PE), com 72 proposições, o quarto.

A maioria dos parlamentares preferiu não deixar em branco a oportu-

nidade de apresentar as suas idéias, nem que fosse para apresentar apenas uma delas. Nesse sentido, 61 constituintes apresentaram apenas uma sugestão. Por ser elevado o número de proposições, a Mesa da Câmara teve que deixar o processamento desses dados para o computador e iniciou a imediata distribuição das sugestões para as Subcomissões, pois elas tinham um prazo curto para apresentar seus relatórios. Agora é a vez de agilizar a distribuição das emendas aos ante-projetos apresentados pelos Relatores. Mesmo assim, a assessoria da Constituinte espera ter em mãos todos esses dados até a próxima quarta-feira.

Eleito Senador em 1982, depois de longo período com seus direitos políticos cassados pelo regime militar, José Ignácio Ferreira (PMDB-ES) não chegou a ocupar muito espaço no cenário político do Congresso, resultado de um comportamento que contrasta com uma disposição incomum para aprofundar e discutir vários temas com uma boa dose de dis-

creção, que no Legislativo, muitas vezes, se confunde com timidez ou inocência.

Vice-Presidente do Senado, advogado, professor, casado, pai de dois filhos, Ignácio tem uma ambição ainda embrionária: ser Governador do Espírito Santo. Ambição que já lhe vale desgastes políticos. Tem contra si, de saída, o carisma do "Casal 20" do Congresso, o Senador Gerson e sua mulher, a Deputada Rita Camata, além do brilho ofuscante da fortuna do empresário Camilo Cola.

No momento, contudo, parece estar no seu campo de ação preferido: a Constituinte. O Senador costuma comparar os parlamentares aos jornalistas: conhecem vários assuntos na horizontalidade. "Como diria Trotsky, são especialistas em generalidades", explica. No caso dos parlamentares, avalia uma falta de tempo e a necessidade de se movimentarem mais nas diversas direções. Por isso, ele se movimenta tanto e, para ampliar seus conhecimentos, gosta de verticalizar os assuntos que costuma tratar.